

Rita Biason e Roberto Livianu
ORGANIZADORES

2ª
EDIÇÃO
AMPLIADA

Marcando os
200 anos da
independência
do Brasil

A Corrupção na História do Brasil



INSTITUTO
NÃO ACEITO
CORRUPÇÃO



Editora
Mackenzie

A Corrupção na História do Brasil

AUTORES

Affonso Ghizzo Neto	Júlio Marcelo de Oliveira
André Guilherme Delgado Vieira	Márcia Pereira da Silva
Clayton Cardoso Romano	Modesto Carvalhosa
Denise A. S. de Moura	Rita de Cássia Biason
Elton Duarte Batalha	Roberto Livianu
Fernando Luís Schüller	Rodrigo Augusto Prando
Francisco Fonseca	Rodrigo de Pinho Bertocelli
Guilherme Casarões	Rodrigo Otávio Mazieiro Wanis
Guilherme Cunha Werner	Ronaldo Costa Couto
Heródoto Barbeiro	Suélem Viana Macedo
José Álvaro Moisés	Vinícius Bragança Müller
Josiel Lopes Valadares	Walfrido Jorge Warde Júnior

Academack

UNIVERSIDADE PRESBITERIANA MACKENZIE

Reitor: Marco Tullio de Castro Vasconcelos

EDITORA MACKENZIE

Coordenador: John Sydenstricker-Neto

Conselho Editorial

Alexandre Nabil Ghobril

Ana Alexandra Caldas Osório

Cecília de Carvalho Castro e Silva

Gianpaolo Poggio Smanio

Gildásio Jesus Barbosa dos Reis

José Geraldo Simões Junior

José Luiz de Lima Filho

Maria Lucia Marcondes Carvalho Vasconcelos

Reinaldo Guerreiro

Rosangela Patriota Ramos

Walter Eustáquio Ribeiro

Rita Biason e
Roberto Livianu

ORGANIZADORES

A Corrupção
na História
do Brasil

2ª EDIÇÃO

Copyright © 2019 Rita Biason e Roberto Livianu
Copyright © 2023 Rita Biason e Roberto Livianu (2ª edição)

Todos os direitos reservados à Editora Mackenzie.
Nenhuma parte desta publicação poderá ser reproduzida por qualquer meio ou forma sem a prévia autorização da Editora Mackenzie.

Coordenação editorial: Jéssica Dametta

Preparação de texto: Jéssica Dametta

Revisão: Hebe Ester Lucas

Projeto gráfico e diagramação: Crayon Editorial

Capa: Bruno Bertani

Estagiárias editoriais: Paula Di Sessa Vavlis e Victória Andrade Rocha

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

C825 A corrupção na história do Brasil / organizadores Rita de Cássia Biason, Roberto Livianu – 2. ed. – São Paulo : Editora Mackenzie, 2022.
316 p. ; 23 cm. – (Coleção AcadeMack ; v. 41).

Inclui referências bibliográficas.
ISBN 978-65-264-0413-3

1. Corrupção. 2. História – Brasil. 3. Governo – Brasil. 4. Política – História. I. Biason, Rita de Cássia, *organizadora*. II. Livianu, Roberto, *organizador*. III. Título. IV. Série.

CDD 353.46

Bibliotecária Responsável: Jaqueline Bay Inacio Duarte - CRB 8/9509

EDITORA MACKENZIE

Rua da Consolação, 930

Edifício João Calvino, 6º andar

São Paulo – SP – CEP 01302-907

E-mail: editora@mackenzie.br

Site: www.mackenzie.br/editora

Editora afiliada:



Sumário

—	Prefácio ROBERTO ROMANO	9
—	Prefácio à segunda edição - Uma história sem fim JOSÉ RENATO NALINI	15
—	Apresentação RITA BIASON, ROBERTO LIVIANU E RODRIGO BERTOCCELLI	19
—	“A arte de furta” : os portugueses e a exploração de riquezas ELTON DUARTE BATALHA RODRIGO AUGUSTO PRANDO	23
—	Jogo de acusações: denúncias de <i>mau governo</i> e competição de interesses na América portuguesa DENISE A. S. DE MOURA	46
—	O fim do tráfico negreiro e o maior crime da terra FERNANDO LUÍS SCHÜLER VINÍCIUS BRAGANÇA MÜLLER	61
—	A República Velha e o coronelismo: a verdadeira história do “é dando que se recebe” HERÓDOTO BARBEIRO	77
—	Adhemar de Barros: “rouba, mas faz” AFFONSO GHIZZO NETO	90

— A Novacap e a construção de Brasília	107
RONALDO COSTA COUTO	
— Corrupção na ditadura: alicerce da corrupção sistêmica de anos recentes	127
GUILHERME CUNHA WERNER JOSÉ ÁLVARO MOISÉS	
— O período de transição e a fraude eleitoral: o caso Proconsult	142
MÁRCIA PEREIRA DA SILVA RITA DE CÁSSIA BIASON	
— A corrupção no governo Collor	155
GUILHERME CASARÕES	
— Itamar Franco e a Comissão Especial de Investigações	172
MODESTO CARVALHOSA	
— Os anões do orçamento e as emendas parlamentares	202
RODRIGO DE PINHO BERTOCCELLI WALFRIDO JORGE WARDE JÚNIOR	
— A era FHC e as privatizações: ocultação midiática e blindagem institucional da corrupção	214
FRANCISCO FONSECA	
— Lula e os recursos públicos: o mensalão	230
JÚLIO MARCELO DE OLIVEIRA ROBERTO LIVIANU	
— A Petrobras e a Operação Lava Jato	245
ANDRÉ GUILHERME DELGADO VIEIRA	

- Deposição de Dilma Rousseff:
nem *impeachment*, nem golpe **263**
CLAYTON CARDOSO ROMANO

- O orçamento secreto no Governo Bolsonaro:
reflexões sobre a síndrome
comportamentalista e a corrupção
sistêmica no Brasil **275**
JOSIEL LOPES VALADARES
SUÉLEM VIANA MACEDO

- O desmonte da agenda anticorrupção e
de suas instituições no Brasil: 2018-2022 **302**
RODRIGO OTÁVIO MAZIEIRO WANIS

Prefácio

QUANDO ENCONTRAMOS NA MÍDIA NOTÍCIAS sobre corrupção, temos o sentimento de saber imediatamente o significado e a origem da palavra e como ela é empregada. No entanto, o termo é dos mais complexos e sua origem, antiga, tanto quanto a invenção da escrita. Todas as sociedades experimentam instantes em que os costumes e os valores perdem validade, os governantes não mandam, os cidadãos deixam de obedecer, os professores abandonam o ensino, os sacerdotes

ignoram regras santas. Gradativamente o desassossego invade os cérebros e corações de famílias, grupos, partidos. Surgem discursos contra o mal indefinido, presente em todos os lugares. É a crise, momento em que a vida de todos pode terminar em morte universal ou adquirir novas forças.

Dou um exemplo bíblico, visto que as Escrituras, somadas à filosofia grega e ao direito romano, ainda definem a nossa ordem coletiva. Os judeus viveram bom tempo sob o governo do juiz Samuel. Entretanto, o sábio envelheceu e seus filhos, também juizes, se corromperam, aceitaram subornos e presentes, desviaram a justiça. O povo, cansado de tantos abusos, pediu a Samuel que lhes fornecesse um rei. Ora, no regime dos juizes, o soberano efetivo era Deus. O velho magistrado percebeu a enormidade da exigência do povo. Tratava-se, nada mais, nada menos, de aplicar um impeachment ao Criador, blasfêmia. Deus, no entanto, ordenou a Samuel que aceitasse a vontade popular. Se Israel recusava a soberania divina, era preciso que soubesse as consequências do governo puramente humano. E o Senhor mandou Samuel explicar à massa o que significava o poder da monarquia. O rei cobraria impostos escorchantes e injustos, mandaria os homens para a guerra, transformaria as jovens em funcionárias do palácio, tudo para servi-lo. Tínhamos, então, os germes do Estado mais primitivo, já com o monopólio da força, das normas jurídicas, da burocracia. O povo aceitou o jugo e o aplaudiu porque a corrupção dos juizes tornara-se insuportável (1 Samuel 8). Quem conhece a história do antigo Israel sabe o que ocorreu depois: o reino se dividiu, houve corrupção escandalosa, o povo tornou-se escravo de estrangeiros até que, finalmente, após Jesus Cristo, o Templo, símbolo da unidade popular, foi destruído pelos romanos.

No cristianismo primitivo, a corrupção não é uma realidade ou um conceito isolado. Nos Atos dos Apóstolos, a palavra *ῥαπίδι* (*shachad*), a mesma usada para designar a corrupção dos filhos de Samuel, significa, ao mesmo tempo, a coisa corrompida e o lugar da corrupção. Nos Atos, o termo grego *διαφθείρω* é posto para indicar o estado mental de quem comete o ato de causar o apodrecimento de algo ou de um valor. Designa também o lugar onde tudo é pervertido, o Inferno. Na crença dos primeiros cristãos (o mesmo deveria ocorrer hoje), o Salvador desceu ao Inferno (*sheol* ou *Hades*, no grego) da corrupção e dela ressurgiu. Aqueles que o

seguem e obedecem podem ser resgatados da morte e do mal, mas têm como dever lutar contra o mundo corrompido. A palavra “mundo” possui semântica complexa: tanto a natureza física quanto as coisas espirituais sentem a presença do Mal e do Bem. Os que acreditam no Cristo não aceitam o reino das trevas, mesmo que esse reino apareça como algo belo e desejável. “Ai de vós, escribas e fariseus, hipócritas, semelhantes aos sepulcros caiados que por fora parecem formosos, mas estão cheios de ossos e imundícia” (Mateus 23). E o que fazem os que parecem justos e belos, mas são feios e corruptos? Eles “devoram as casas das viúvas”, roubam sob pretexto religioso e cívico. A corrupção é o próprio Inferno e, com ela, nada permanece íntegro, tudo é morte.

Disse antes que o termo διαφθείρω, na tradução grega das Escrituras, implica a mente de quem se corrompe e corrompe os demais. Não é o caso de indicar, aqui, fontes históricas e etimológicas que permitam entender a prática da corrupção em outro pilar de nossa cultura, a grega. Muitos estudiosos recentes e antigos definem a corrupção com o uso da palavra mencionada. No grego, vários vocábulos são empregados para designar o ato de se corromper (e de corromper): *doron* (presente) e *chresmasi peithen* (persuadir com dinheiro) são os principais. O termo *diaphteirein* significa a corrupção da mente, o que torna o juízo das pessoas errôneo, injusto, no abuso de uma função pública para ganho privado (Lisa Hill)¹. Personagens da primeira democracia mundial, os gregos sabiam nomear os acertos e os defeitos daquele regime. Hoje perdemos a força da língua e não encontramos vocábulos certos para nos referir aos vários sentidos da virtude cívica e à sua corrupção. Basta lembrar os mestres da nossa ética. Platão invectiva com palavras de fogo os homens públicos que “exigem presentes e amam riquezas” (*República*, 390 d). E Aristóteles, na *Política*, adverte os líderes contra a perversão da ordem coletiva em seus interesses privados.

Na Roma antiga, a corrupção mais pestilenta é relacionada à corrida aos cargos públicos, via eleitoral. O indivíduo que se lança nos comícios visando os votos tem sua atividade cunhada como *ambitio*, pois busca, pela *gratia popular* no sufrágio, chegar às riquezas públicas e às honras

¹ Hill, L. *Conceptions of political corruption in Ancient Athens and Rome*. Disponível em: <https://bit.ly/2Oy6Yx5>. Acesso em: 2 out. 2019.

que lhe abrem os cofres do Estado. Basta ler as peças de Plauto, as páginas de Horácio, Sêneca e Tácito para perceber a conexão entre a procura dos cargos e dos bens públicos e seu abastardamento em proveito particular. O termo *ambitio*, quando isolado, designa o desejo de glória via eleitoral. No entanto, como tal anelo nunca vem sozinho, sempre surge a praua *ambitio* que marca a carreira da pessoa pública. Cícero previne a compra de votos, mas nota que é muito difícil impedir tal prática. De um modo ou de outro, os ambiciosos corrompem a república ao fazer da virtude um monte de cacos (*cum fracta uirtus*, diz Horácio). O máximo da *ambitio*, com seu cortejo de corrupção em vários planos (partidário, eleitoral, institucional, financeiro, religioso), encontra-se na figura de Júlio César. Não por acaso o seu regime, o chamado cesarismo, marca o fim da república e o impulso maior de um poder corrompido e autoritário, no qual a ditadura, inicialmente prevista para durar apenas seis meses, é ampliada por tempo ilimitado. Os poderes também seguem a via para o absoluto. A decadência romana se anuncia.

O poder absoluto renasce com o Estado moderno. O Antigo Regime, com seus instrumentos de favor, compadrio, venalidade dos cargos, concentração do mando nos ministérios régios, foi um dos mais corrompidos meios de governo na história. A reação das Luzes contra tal mando sem freios, reação cujas origens podem ser encontradas na democracia ateniense e na Revolução Inglesa do século XVII (o conceito de responsabilização do agente público, *accountability*, é essencial para os puritanos, grandes leitores da Antiguidade), ajudou a erigir os Estados Unidos da América e definiu as reviravoltas francesas a partir de 1789. No entanto, o programa contra a velha corrupção, assumido sobretudo pelos herdeiros de Rousseau, foi boicotado no próprio governo de Robespierre, dito o Incorruptível. Pesquisas mostram que muitos integrantes do poder jacobino, no mesmo alento em que pregavam a virtude ao povo e dirigiam insultos como o de corruptos contra seus adversários, molhavam as mãos em proveito pessoal nos bens do Estado francês, em casos de ladroagem explícita.

Os séculos XIX e XX testemunharam corrupções em grande escala no Estado e na sociedade. Basta lembrar os deputados franceses que ao mesmo tempo votavam leis para abrir ferrovias e delas eram beneficiários en-

quanto acionistas. No governo dos dois soberanos que ostentavam o nome de Napoleão, o tio e o sobrinho, a venalidade, a falta de escrúpulos no manejo dos bens coletivos bateu o teto. Não foi diferente nas repúblicas francesas que sucederam os imperadores. Nos regimes nazista e fascista, e também no stalinista, com a censura e a ausência da livre imprensa, de políticas democráticas e de direitos humanos, a corrupção atingiu níveis espantosos. E essas práticas não existiram apenas no poder de Estado. A chamada sociedade também mergulhou no mar apodrecido e ajudou a solidificar poderes tirânicos. Existe toda uma literatura sobre o modo como a mais alta sociedade alemã, empobrecida pela inflação recente, ajudou a soldadesca nazista a roubar bens dos judeus, o que lhe possibilitou sobrevida econômica à custa dos enviados ao Holocausto.

Resumo: a corrupção é velha companheira das sociedades e dos Estados. No Antigo Testamento, desde a narrativa do Gênesis sobre a tentação a que os primeiros seres humanos foram submetidos – e a ela sucumbiram – até o governo dos Juízes narrado em 1 Samuel, foi preciso enfrentar o mal na forma da perversão da justiça. Também na Grécia e na Roma antigas a corrupção se apresenta, sobretudo no plano eleitoral. Após a política licenciosa do Antigo Regime, aparece a corrupção do próprio movimento anticorrupção levado pelos jacobinos revolucionários. Se consultarmos a bibliografia sobre os procedimentos corruptos nos séculos XX e XXI, notaremos que a guerra contra o Inferno se mantém indecisa. Ora os regimes políticos e as sociedades assumem formas de comportamento eticamente corretas, ora se jogam na ardilosa apropriação do alheio (público ou privado). Em nosso caso, o padre Vieira, ainda quando éramos colônia portuguesa, realizou uma narrativa perfeita dos procedimentos corruptos que deram nascimento ao viver coletivo. Desde então, muitas pessoas, na busca de votos, prometeram acabar com o fenômeno. Pouco importa a ideologia adotada pelos nossos ambiciosos: todos deixaram de lado o programa essencial e se perderam nos descaminhos da corrupção que prometeram aniquilar.

A tarefa de conduzir a vida pública aos caminhos éticos corretos é árdua, cheia de matizes. Ela não pode admitir maniqueísmos ou arroubos messiânicos. O combate é perigoso e o campo de batalha apresenta perigos insuspeitados. É por esse motivo que o Instituto Não Aceito Corrupção (Inac) merece

atento respeito. Iniciativas como a de publicar os estudos contidos no presente livro são mais do que úteis, pois ajudam a combater o mal, dando indicações de como fazê-lo.

Os autores reunidos por Rita Biason e Roberto Livianu – ele mesmo incansável combatente à corrupção – trazem luzes para cada ponto difícil do tema. Dada a grande capacidade técnica e humana de todos eles, o leitor terá acesso a uma reflexão profunda, prudente e matizada. O livro inteiro convida ao pensamento e ao combate. Esperemos que as sementes nele postas tragam frutos que ajudem o Brasil a não apenas escapar do Inferno corrupto (tal esperança só pode ser depositada no Ser divino), mas a atenuar os males trazidos ao Estado e à sociedade por grupos e indivíduos demoníacos. Esse termo, pesado, é merecido, pois aqueles setores se dedicam à morte de inocentes por meio de roubos letais (na saúde, na educação, na segurança) intoleráveis às pessoas retas, amantes da justiça. Bem dizia Santo Agostinho: “Extraída a Justiça, todos os Estados são grandes quadrilhas, todas as quadrilhas, pequenos Estados”. Nós, brasileiros, sabemos o quanto é perigoso o conúbio entre quadrilhas (sobretudo as que usam colarinho branco) e poder público. Seja bem-vindo este urgente livro contra a corrupção!

ROBERTO ROMANO

Professor titular na Universidade Estadual
de Campinas (Unicamp)

Prefácio à segunda edição

Uma história sem fim

CHEGA-SE À SEGUNDA EDIÇÃO DESTA *A corrupção na história do Brasil*, obra cuidadosamente coordenada por Rita BIASON e Roberto LIVIANU, com curiosa expectativa, mas também com certo desencanto. Constata-se que esta nação já nasceu impregnada desse mal congênito e dele não consegue se livrar. Insuficiente invocar-se a “menoridade”, a “infância da civilização”. Outras sociedades não se distanciam temporalmente da nossa, mas sabem repelir com eficácia maior, a patologia que nos atinge.

O que temos de diferente? Seria aquela consequência natural do pecado original, de que resultou a queda do homem, arremessado a uma vida breve, triste e miserável? Presa fácil da cobiça, da ganância, da ambição, da cupidez que o faz vender a alma por dinheiro?

A origem das desgraças humanas – e a corrupção é uma delas – é moral. Não se consegue responder à tragédia humana com teorias, por mais sofisticadas que sejam elas. O único antídoto se chama ética. A matéria-prima de que o Brasil mais necessita.

A ausência de ética aplicada à vida rotineira, mas constantemente citada no discurso político, gera fenômenos perversos. O ordenamento prevê os desmandos e os desvios éticos. Em tese os repele. Há remédios para evitá-los. Mas a “República da hermenêutica” encontra soluções empíricas e, não raro, sacramenta a irresponsabilidade partilhada. Em nome de conceitos vazios, mas emocionalmente fortes, legitima a sordidez, anistia o perverso, aprofunda a exclusão do aflito.

A muralha do direito já não consegue impedir a perseverança das más condutas. A juridicização da vida brasileira não conseguiu edificar a sociedade justa, fraterna e solidária prometida pelo constituinte de 1988. O positivismo se conforma com a explicação de que

[...] o direito tem sua própria sistematicidade, e sua própria organicidade, e que não depende de nenhuma instância exterior a ele; que oferece um conjunto de regras que encontram sua validade no fato de serem postas e impostas pela autoridade (ou pela força da tradição)¹.

O Brasil possui a segunda maior Constituição do planeta. Nela, tudo está previsto. Incluiu o princípio da “moralidade” entre os princípios fundamentais à Administração Pública. Porém, convive, aparentemente inerte e omissa, com a chaga da corrupção em todos os níveis. Reflexo de uma sociedade hedonista, consumista e egoísta, em que não se verificam laços recíprocos, mas a busca exclusiva do próprio interesse.

1 Valadier, P. *Moral em desordem*. São Paulo: Loyola, 2002. p. 97.

A fragilidade do direito para vedar condutas que vulneram a dignidade da pessoa humana deve causar desconforto na consciência jurídica.

A desordem dos pensamentos e das práticas em matéria ética e moral não vem de uma ausência de normas ou de princípios, de um vazio teórico concernente aos valores em nome dos quais escolher ou decidir. É antes o excesso do cheio que domina².

A receita é conhecida, mas negligenciada. Uma educação de qualidade, que não se limite ao fornecimento de informações, pois estas nunca estiveram tão acessíveis e em tão grande quantidade. Um processo de formação que ensine a pensar, a analisar, a criticar, sem prejuízo de um adequado tratamento às competências socioemocionais. Um educando que aprende a se autoconhecer, a nutrir empatia pelo semelhante, a enxergar a iníqua desigualdade entre os brasileiros, não pactuará com os “malfeitos”, eufemismo para ocultar funestos comportamentos, quanta vez perpetrados por aqueles aos quais confiamos nossa esperança.

É preciso cultivar uma geração apta a detectar o que se esconde atrás de promessas tentadoras, de mensagens edulcoradas por uma retórica suscetível de encantar a ingenuidade dos simples, pois a experiência recente

[...] nos ensinou não somente o que o homem pode em matéria de mal (sabe-se desde sempre), mas que é capaz do pior em nome do bem a instaurar, de uma sociedade de justiça a estabelecer, da liberdade a honrar, da reconciliação do homem com o homem e do homem com a natureza a promover, do ideal a realizar. A vontade do bem caminha lado a lado e habita a vontade do mal³.

Uma população privada de educação de qualidade é incapaz de se opor conseqüentemente ao mal. Ora, “o mal não é apenas o contrário do bem, mas também seu inimigo. O verdadeiro mal tem por objetivo destruir as próprias condições morais”⁴. Sintoma de que o mal prepondera é

² *Ibid.*, p. 157.

³ *Ibid.*, p. 180-181.

⁴ Neiman, S. *O mal no pensamento moderno*. Rio de Janeiro: Difel, 2003. p. 315.

o relativismo reinante na esfera da moralidade, com o “tudo vale”, um “vale tudo” nefasto, principalmente exercido por almas liliputianas.

Não é mera aparência de estagnação moral. É verdadeiro retrocesso, uma reversão de expectativas que animava os ansiosos por chegarem ao ano dois mil, na esperança de adentrar ao século XXI. Já me exprimia então no sentido da imersão numa verdadeira barbárie:

A barbárie não é causada por agentes externos. Ela reside na consciência do ser humano: “a condição maior da barbárie de nosso tempo consiste no fechamento do sujeito sobre sua interioridade”. Ao cerrar sua percepção a qualquer luz exterior, o homem se enclausura em si mesmo. Alguém duvida de que esta era é a do egoísmo exacerbado e narcisista? “Se entendemos por barbárie essa derrocada do humano incapaz de se elevar à altura do homem e, mais ainda, de ultrapassá-la, ocorre no interior do humano, quer dizer, é em cada homem que é preciso detectar as tendências acusadas de, em maior ou menor medida, desembocarem na barbárie ou de lhe deixarem o campo livre”⁵

Apesar do cenário desalentador, com a desenvoltura com que corruptos e corruptores trafegam na vida pública tupiniquim, há de se fortalecer a convicção pessoal de que não foi para isso que a civilização solidificou ideais como lisura, probidade, honestidade, correção, brio, solidariedade e fraternidade. É muito fácil demonstrar que toda espécie de corrupção, desde as disfarçadas sob a vestimenta de “usos e costumes” até as mais escabrosas, golpeia de morte os valores que incessantemente reafirmamos como os nossos.

Resistir, indignar-se, ensinar a resistir e a se indignar são a missão das pessoas de bem neste emblemático 2022.

JOSÉ RENATO NALINI

Reitor da Universidade do Registro de Imóveis (Uniregstral)
e Presidente da Academia Paulista de Letras

⁵ Nalini, J. R. Corrupção como sintoma da barbárie contemporânea. In: Adri, R. P.; Zockun, M.; Pires, L. M. F. *Corrupção, ética e moralidade administrativa*. Belo Horizonte: Fórum, 2008. p. 143.

“A corrupção é tão forte nos poderes do Estado brasileiro que o pretexto de combatê-la até serve para aumentá-la, como vimos acontecer nestes últimos anos”.

Renato Janine Ribeiro

Filósofo, escritor e ex-Ministro da Educação do Brasil

“A corrupção é uma das grandes mazelas da história brasileira pois retira verbas de setores fundamentais como saúde e educação públicas. Mas essa prática ilegal e corrosiva deve ser enfrentada junto com outros desafios igualmente estruturais da nossa democracia, como as desigualdades sociais, as injustiças, o racismo e as discriminações de gênero. É o conjunto que garante o bom som da orquestra”.

Lilia Moritz Schwarcz

Historiadora e antropóloga

“A corrupção corrói a democracia por dentro, ameaça a livre concorrência na economia, mata, por desviar o dinheiro público que iria para a saúde, e acentua a desigualdade social. Por isso, é uma prioridade combatê-la”.

Merval Pereira

Jornalista, escritor e presidente da Academia Brasileira de Letras

